



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Caderno Orientativo para a Implementação, Monitoramento e Avaliação das Ações do Programa Sustentar

Brasília, 2019

APRESENTAÇÃO

A Fundação Nacional de Saúde - Funasa, órgão executivo vinculado ao Ministério da Saúde - MS, possui a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no Brasil, atuando em âmbito federal a partir de critérios epidemiológicos, socioeconômicos e ambientais, voltados para a promoção e proteção da saúde. Inserida no Sistema Único de Saúde - SUS, a Funasa respeita o pacto federativo nacional ao promover o apoio à Estados e Municípios na implantação de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças, em busca da redução de riscos à saúde.

A promoção da saúde pública inicia-se com a construção de territórios saudáveis, por meio da concepção de políticas públicas que visam a garantia da qualidade de vida da população e através do desenvolvimento de ações para solucionar os problemas socioambientais e sanitários dos territórios urbanos e rurais. Essa construção se dará por meio da constituição de serviços apropriados de saúde e saneamento, de modo cooperativo e participativo entre as três esferas de governo e a sociedade civil.

Com base nesse contexto, a Funasa instituiu na Portaria nº 3.069, de 21 de maio de 2018, o Programa Sustentar fundamentado nas seguintes diretrizes orientadoras:

- I. Fortalecimento institucional da Funasa por meio de oficinas de capacitação com ênfase na construção de estratégias para o desenvolvimento de ações articuladas e integrais e na formação de propagadores do conhecimento, facilitando a atuação do município nas áreas rurais e comunidades tradicionais; e
- II. Promoção, fomento e subsídio de medidas estruturantes em todas as ações desenvolvidas e/ou apoiadas pela Funasa em áreas rurais e comunidades tradicionais.

O *Caderno Orientativo para a Implementação, Monitoramento e Avaliação das Ações do Programa Sustentar* foi produzido a partir da ótica da proposta de reformulação e ampliação do Programa Sustentar na Funasa. Espera-se que este caderno sirva como um guia para técnicos e gestores da Funasa na atuação em áreas rurais e comunidades tradicionais do país, e também para quaisquer outros atores que necessitem de referência para o desenvolvimento de ações e projetos sustentáveis de saneamento rural.



SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS	8
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 2 – O PROGRAMA SUSTENTAR.....	12
CAPÍTULO 3 – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	20
3.1 O Diagnóstico Rural Participativo	24
3.2 Proposta de modelo de diagnóstico situacional.	25
CAPÍTULO 4 – DEFINIÇÃO DE PAPÉIS, COMPETÊNCIAS E COMPROMISSOS.....	33
CAPÍTULO 5 – DEFINIÇÃO DE ATIVIDADES PARA O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO	39
5.1 Monitoramento.....	39
5.2 Avaliação	45
REFERÊNCIAS	50



LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNSR – Programa Nacional de Saneamento Rural

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SSAA – Sistema Simplificado para Abastecimento de Água

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO



Objetivos do capítulo

- Realizar abordagem inicial sobre a importância das medidas estruturantes de gestão nos serviços de saneamento básico.

A gestão é de fundamental relevância na realização de qualquer atividade humana, seja ela no âmbito público ou privado, pois visa garantir que as ações sejam apropriadamente organizadas para manter os processos bem ajustados, identificando a disponibilidade de recursos e competências, analisando possíveis ameaças e oportunidades de expansão, estabelecendo metas e investimentos para obtenção de resultados mais eficientes e efetivos.

No setor do saneamento básico, a gestão tem como finalidade coordenar medidas estruturantes que visam à melhoria e ampliação dos serviços oferecidos, compreendendo atividades de planejamento, regulação, fiscalização, prestação de serviços e controle social (BRASIL, 2014). Portanto, o aperfeiçoamento da atividade de gestão no saneamento básico contribui decisivamente para a universalização do acesso, desenvolvimento do setor e a sustentabilidade da prestação dos serviços, de modo a resultar no alcance de metas em termos de saúde pública, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.

O desenvolvimento histórico do setor demonstra que o saneamento no Brasil ainda sofre os reflexos de anos de fragmentação e descontinuidade na gestão das políticas públicas do setor. Atualmente, no país há uma grande diversidade de modelos de gestão da prestação dos serviços de saneamento básico para atendimento às áreas urbanas e rurais. Embora represente avanços, a diversidade institucional no setor até o presente momento não significou em progressos significativos para a gestão dos serviços de saneamento básico (ROSSETTO; LERÍPIO, 2012). As intervenções do setor são marcadas pela ausência de continuidade administrativa, a grande setorização e pulverização dos programas e objetivos da política de saneamento por diversas entidades do governo.

Embora haja uma diversidade de modelos para a gestão da prestação dos serviços é importante ressaltar que os municípios e o Distrito Federal são os titulares dos serviços públicos de saneamento básico, conforme o consenso jurídico de interpretação da Constituição Federal do



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

Brasil de 1988 e o texto da Lei Federal nº 11.445/2007 e seu decreto regulamentador, Decreto nº 7.217/2010.

Nas zonas urbanas dos municípios, foi comum que essa responsabilidade fosse repassada, por meio de concessões, às companhias estaduais de abastecimento de água e esgoto ou empresas privadas, ou ainda, que fosse prestada diretamente pelas prefeituras ou indiretamente por meio de departamentos ou autarquias. Enquanto as áreas rurais, devido à ausência de interesse dos gestores públicos e/ou indisponibilidade de recursos e equipe técnica qualificada, geralmente não são abrangidas por prestadores de serviços de saneamento básico. A complexidade da provisão adequada dos serviços de saneamento e promoção da saúde nas áreas rurais e comunidades tradicionais está intrinsecamente ligada à fatores condicionantes locais, como ambientais, político-institucionais, demográficos, legais e socioculturais.

Desse modo, frente ao desafio de provisão de serviços adequados de saneamento em comunidades rurais e tradicionais é fundamental o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais em atores estratégicos como técnicos e gestores municipais e moradores das comunidades, bem como o investimento em suporte político e gerencial, e a maior articulação entre os órgãos das três esferas de governo do país. Na esfera federal, compete à Funasa o desenvolvimento de atividades e ações de apoio técnico e financeiro para a gestão dos sistemas de saneamento básico em municípios de até 50.000 habitantes, a partir de critérios epidemiológicos, socioeconômicos e ambientais. Ressalta-se a qualidade de “apoio” da ação, pois é reservado ao município o papel principal na gestão do saneamento básico em seu território. Isto significa que todas as ações da Funasa devem ser no sentido de fortalecimento do papel dos municípios e de suas respectivas comunidades, tendo como princípio orientador a construção de estratégias articuladas e na formação de propagadores do conhecimento, facilitando a atuação do município nas áreas rurais e comunidades tradicionais do seu território.

Essa visão culminou na institucionalização do Programa Sustentar na Funasa por meio da Portaria nº 3.069, publicada em 21 de maio de 2018 (BRASIL, 2018a). O programa objetiva promover a sustentabilidade das ações e dos serviços de saneamento e saúde ambiental em áreas rurais e comunidades tradicionais, assim como fornecer diretrizes para atuação da própria Fundação nessas áreas. Espera-se que este caderno seja utilizado como um guia para técnicos e gestores da Funasa na atuação em áreas rurais e comunidades tradicionais do país, ou ainda, por



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

quaisquer outros atores que necessitem de referência para o desenvolvimento de ações e projetos de saneamento rural.

CAPÍTULO 2 – O PROGRAMA SUSTENTAR



Objetivos do capítulo

- Apresentar e contextualizar o Programa Sustentar

O Programa Sustentar – Saneamento e Sustentabilidade em Áreas Rurais, é um programa da Fundação Nacional de Saúde que visa promover a sustentabilidade das ações e dos serviços de saneamento e saúde ambiental em áreas rurais e comunidades tradicionais do país por meio i) da capacitação do seu corpo técnico para o desenvolvimento de ações de saneamento e saúde ambiental no meio rural, de forma articulada, visando a assistência técnica aos municípios e comunidades para a prestação dos serviços de saneamento; ii) do incentivo à implementação de ações integrais e intersetoriais, tendo em vista, principalmente, o desenvolvimento e o fortalecimento de instrumentos e mecanismos que garantam a gestão eficiente dos serviços de saneamento; iii) do fomento ao desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental pelo município e comunidade, para a promoção da saúde nas comunidades em seu território; iv) do monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, visando acompanhar o desenvolvimento e os resultados do Programa (BRASIL, 2018b).

O Sustentar foi institucionalizado por meio da Portaria N° 3.069¹ publicada no Diário Oficial da União (DOU), em maio de 2018. Entretanto, as primeiras ações do Programa começaram a ser implementadas na instituição em 2014, no âmbito do Programa Água para Todos. Nesse contexto, coube à Funasa a implantação de cisternas de armazenamento de água de chuva, de sistemas coletivos de abastecimento de água e a elaboração de projetos de sistemas simplificados de abastecimento de água (SSAA) em comunidades rurais e tradicionais localizadas na região do Semiárido.

A Funasa selecionou algumas das comunidades que seriam atendidas com a instalação de SSAA como pilotos para a implementação de ações estruturantes, visando promover a sustentabilidade dos sistemas e dos investimentos realizados. Naquele momento, a estratégia do Programa

¹ O documento do Programa Sustentar está disponível em:
http://www.funasa.gov.br/documents/20182/21862/sustentar_publicacao/915644d2-fb28-409c-a7ca-c3cff0e59e98

Sustentar se baseou na articulação de diferentes setores da Funasa que trabalharam conjuntamente para fortalecer a capacidade técnica e gerencial dos atores municipais e da comunidade.

Foram selecionadas 10 comunidades localizadas nos estados da Bahia, de Minas Gerais e de Pernambuco, onde foram realizadas reuniões e oficinas com comunidade, técnicos e gestores do município visando a sensibilização desses atores, e a capacitação dos moradores para a operação, manutenção e gestão dos sistemas instalados. Desenvolveram-se as seguintes etapas i) sensibilização de gestores e ii) oficinas de capacitação em: alternativas de gestão e sustentabilidade de sistemas simplificados de abastecimento de água; operação, manutenção e controle da qualidade da água de sistemas simplificados de abastecimento de água; educação em saúde ambiental. A Figura 1 apresenta esquema contendo as Etapas de implementação das ações da fase-piloto do Programa Sustentar.

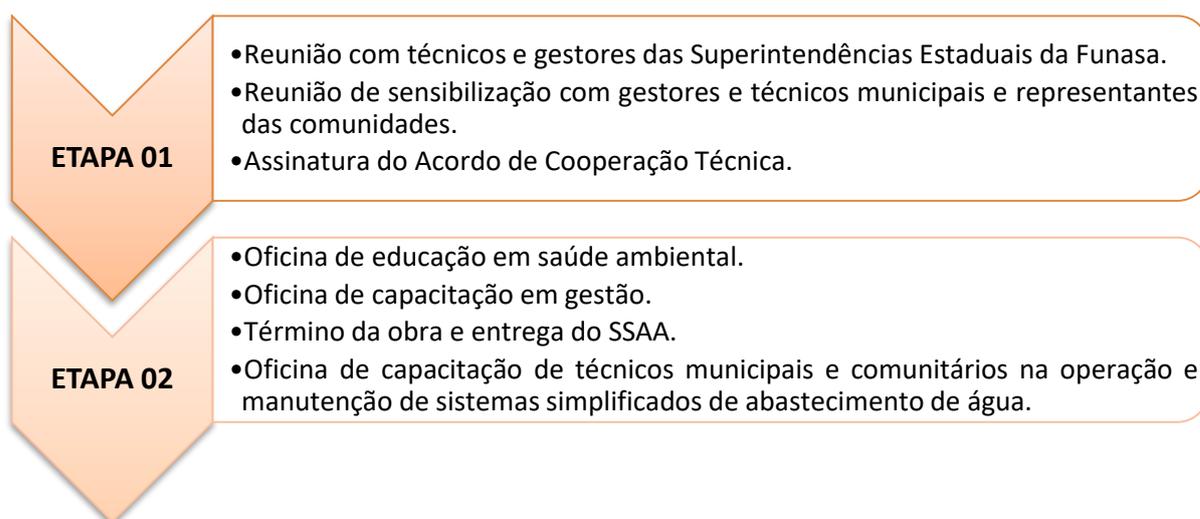


Figura 1 – Etapas de implementação das ações da fase-piloto do Programa Sustentar.

A primeira etapa das intervenções realizadas no âmbito do Programa consistiu na realização de reunião com técnicos e gestores das Superintendências Estaduais da Funasa nos estados da Bahia, de Minas Gerais e de Pernambuco, visando a socialização e discussão do Programa e respectivas ações, a constituição de equipe de execução e coordenação do Programa na Suest, e a pactuação e estruturação da agenda das demais atividades previstas. Nessa etapa, discutiu-se a realização do levantamento situacional para conhecimento e ação conjunta no território.

Posteriormente, foram realizadas reuniões de sensibilização com gestores e técnicos municipais e representantes das comunidades atendidas para a apresentação dos benefícios do sistema



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

instalado e da importância de assegurar sua sustentabilidade. Foi realizada também a identificação de interesses, o estabelecimento de compromissos e a formação de equipe para a realização e continuidade das ações, bem como para o fomento de parcerias com as instituições que atuavam no município e/ou comunidade e a sociedade civil. Nessa etapa, ocorreu também a pactuação das ações de continuidade planejadas com as autoridades e técnicos municipais por meio do Acordo de Cooperação Técnica. Tal acordo previa o desenvolvimento de ações conjuntas na implementação das atividades de apoio à gestão dos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água - SSAA, implantados pela Funasa nas localidades rurais. O Acordo de Cooperação Técnica estabelecia as obrigações dos partícipes: Funasa e município.

À Funasa competia:

- Capacitar técnicos municipais e representantes das comunidades atendidas com relação aos aspectos técnico-operacionais dos sistemas.
- Propor alternativas de gestão, para os serviços e ações de saneamento em comunidades rurais, com o intuito de fomentar a sustentabilidade dos sistemas.
- Apoiar as ações de controle da qualidade da água, sob responsabilidade dos gestores do Sistema ou Solução Alternativa de Abastecimento de Água, conforme Portaria nº 2.914/2011/Gab/MS, Portaria Funasa nº 190/2014 e Plano de Trabalho.
- Apoiar e fomentar as ações de Educação em Saúde Ambiental junto aos gestores, técnicos municipais e às comunidades a serem atendidas.
- Designar técnicos para apoiar e acompanhar o cumprimento do Acordo, conforme metas definidas em Plano de Trabalho.
- Designar equipe técnica para monitorar e avaliar o desempenho do Programa.

Ao município acordante competia:

- Garantir a participação dos técnicos do município e de representantes das comunidades a serem atendidas nos cursos de capacitação promovidos pela FUNASA, conforme critérios definidos, assegurando o cumprimento de 70% da carga horária.
- Disponibilizar, preferencialmente, servidores de áreas correlatas ao saneamento para a execução e acompanhamento das ações estabelecidas no Plano de Trabalho.
- Apoiar e estimular a participação de membros da comunidade, capacitados nos cursos oferecidos pela FUNASA, na execução e acompanhamento das ações do Acordo.
- Garantir os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, bem como a divulgação dos resultados à comunidade a ser atendida, conforme preconizado na Portaria nº 2914/2011/Gab/MS.
- Garantir a adequada operação e manutenção das estruturas e equipamentos integrantes dos Sistemas, conforme Caderno Técnico Operacional da Funasa a ser entregue durante a capacitação.



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

- Disponibilizar ponto de energia para o efetivo funcionamento do sistema.
- Apresentar, para a FUNASA, relatório com detalhamento das condições de funcionamento dos sistemas implantados, semestralmente nos dois primeiros anos, e anualmente do 3º ao 5º ano do início da operação do SSAA.
- Informar à Funasa, a qualquer momento, dificuldades técnico-operacionais encontradas pelo município que comprometam a eficiência do sistema.

A segunda etapa consistiu na capacitação de técnicos municipais, de representantes da comunidade e da própria comunidade visando a escolha participativa da alternativa de gestão mais adequada, o desenvolvimento de capacidades para operação e manutenção dos sistemas e a discussão com os moradores de temas relacionados à saúde, meio ambiente e saneamento. Foram realizadas 03 oficinas: i) educação em saúde ambiental; ii) capacitação em gestão; iii) capacitação de técnicos municipais e comunitários na operação e manutenção de sistemas simplificados de abastecimento de água.

A oficina de educação em saúde ambiental tinha como objetivo a reflexão e discussão da sustentabilidade dos SSAA que estavam sendo construídos, mediante ações de educação em saúde ambiental junto às populações atendidas, considerando a realidade local, com a finalidade de promover a saúde e contribuir para a melhoria da qualidade de vida. A oficina possuía carga horária de 20 horas e participavam dela os moradores das comunidades atendidas, além de equipes do município e da Funasa. Dentre as atividades realizadas, destacam-se a socialização dos resultados do levantamento situacional (diagnóstico) realizado; a sensibilização da comunidade para a responsabilidade coletiva na conservação e manutenção do sistema; a identificação de conhecimentos e práticas da população acerca do uso e consumo da água; a construção de “mapa falante” e o fomento de práticas educativas para a promoção da saúde e sustentabilidade do sistema implantado.

A oficina de capacitação em gestão se destinava à equipe técnica da prefeitura e aos representantes da comunidade. O objetivo era capacitá-los para a gestão do sistema instalado de forma participativa e sustentável. A carga horária era de 24 horas e o conteúdo abordado abrangia conceitos gerais relacionados à temática de saneamento e saúde e uma breve apresentação do marco legal e institucional do setor, além da divulgação do Programa Sustentar, dos custos associados ao sistema, e da apresentação dos modelos CENTRAL Bahia e SISAR Ceará. O resultado final da oficina era a definição do modelo de gestão a ser adotado que mais se adequasse aos contextos da comunidade e do município.

A oficina de capacitação de técnicos municipais e comunitários na operação e manutenção de sistemas simplificados de abastecimento de água ocorria após o término da obra e entrega do sistema. A oficina possuía carga horária de 24 horas e compreendia atividades teóricas e práticas. O curso se destinava à representantes da comunidade e servidores técnicos municipais e abordava os conceitos e atividades relacionadas à operação, manutenção e controle da qualidade da água em sistemas simplificados de abastecimento de água.

A Figura 2 apresenta imagens de oficinas realizadas nas comunidades:



Figura 2 - Imagens de oficinas realizadas por instrutores da Funasa em comunidades rurais atendidas pelo Programa.

Fonte: Acervo de imagens da Funasa.

Até o momento de elaboração deste caderno, as etapas haviam sido concluídas em 5 comunidades, conforme apresentado no

Quadro 1.

Quadro 1 – Situação atual dos projetos-piloto desenvolvidos no âmbito do Programa Sustentar. (Atualizado em agosto de 2019)

UF	Município	Comunidade	Tipo de comunidade	Nº de famílias	Sensibilização Gestores	Capacitações		
						Educação em Saúde	Alternativas de Gestão	Operação e Manutenção
BA	Filadélfia	Riacho de Pedrinhas	Quilombola	111	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído
	Ibitiara	Pau D'Arco	Rural	40	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído
	Muquém de São Francisco	Fazenda Grande	Quilombola	130	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído
	Rio de Contas	Barra Bananal	Quilombola	110	Concluído	Concluído	A ser programado	A ser programado
MG	Manga	Pedra Preta	Quilombola	8	Concluído	A ser programado	A ser programado	A ser programado
	Berilo	Olhos D'Água	Quilombola	16	Concluído	Concluído	A ser programado	A ser programado
	Chapada do Norte	Gravatá	Quilombola	45	Concluído	Concluído	A ser programado	A ser programado
	Matias Cardoso	Lapinha	Quilombola	17	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído
		Várzea da Manga	Rural	?	Concluído	Concluído	Concluído	Concluído
PE	Custódia	Buenos Aires	Quilombola	169	Concluído	Concluído	Concluído	A ser programado

Conforme relato dos instrutores² encarregados das capacitações, as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento e êxito das etapas do Programa estavam relacionadas: à construção de sistemas sem conhecimento prévio de autoridades políticas do município; à mudanças na gestão municipal e nas Superintendências Estaduais durante a implementação das ações, interrompendo sua continuidade; à fragilidade do comprometimento dos atores municipais; ao envolvimento da Suest que não ocorreu de forma efetiva no processo; ao esvaziamento institucional da Funasa marcado pela ausência de estrutura e pessoal em algumas Superintendências Estaduais; à carga horária inadequada das oficinas de gestão e educação; à escolha de locais inadequados para a realização das oficinas; inadequação do conteúdo e da linguagem das capacitações; à ausência da troca de saberes entre técnicos, gestores e comunidades; à ausência de envolvimento das comunidades no processo de concepção e decisão que se deu de forma “verticalizada”; ao grande intervalo de tempo entre a realização das oficinas, que culminava na desmobilização da comunidade; ausência de planejamento das oficinas ocasionando a baixa participação dos moradores; à implantação da infraestrutura antes da realização das atividades de capacitação; à ausência de acompanhamento após a implantação do sistema (não houve formação de equipe para acompanhar o cumprimento do acordo, tampouco para monitorar e avaliar o desempenho do Programa).³

A partir das lições aprendidas com a fase-piloto do Programa Sustentar, com a experiência adquirida junto ao processo de construção do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)⁴, e com o aprendizado advindo de intervenções exitosas no Brasil e na América Latina, houve a reformulação e ampliação do Programa. O Programa deixa de se limitar às medidas estruturantes para garantir a sustentabilidade das obras para implantação dos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, e passa a abranger todas as ações desenvolvidas ou apoiadas pela Funasa em localidades rurais. Além disso, essas ações terão uma abordagem integral, ou seja, incluirão o desenvolvimento de atividades nos âmbitos da gestão e de educação em saúde ambiental, em conjunto com a instalação ou melhoria de infraestruturas de saneamento, quando isso se fizer necessário, visando a sustentabilidade das ações e serviços.

² Os instrutores do Programa são servidores da Funasa aprovados em processo de seleção específico para o desempenho dessas atividades.

³ Informações obtidas durante a “Oficina de Estruturação do Programa Sustentar”, realizada na Funasa- Presidência, em junho de 2017.

⁴ <<http://pnsr.desa.ufmg.br/>>



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

Todas as ações deverão ser desenvolvidas visando o fortalecimento do papel dos municípios e de suas respectivas comunidades, tendo como princípio orientador a participação nas atividades propostas e o comprometimento em assumir responsabilidades, de forma a assegurar a prestação dos serviços implementados de modo contínuo e seguro. Além disso, as ações e projetos implementados deverão ser monitorados e avaliados periodicamente visando garantir o bom uso dos recursos públicos e possíveis adequações do programa.

Este caderno apresenta um guia que orientará Funasa, municípios e comunidades rurais na implementação das ações e projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Sustentar. Foram consideradas três etapas vistas como fundamentais na execução de qualquer ação do programa: diagnóstico; definição de papéis, competências e compromissos; monitoramento e avaliação.

CAPÍTULO 3 – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL



Objetivos do capítulo

- Apresentar uma proposta de modelo de diagnóstico situacional em relação à gestão dos serviços de saneamento em localidades rurais de municípios brasileiros

O diagnóstico é a etapa inicial do processo de planejamento de um plano, projeto ou programa e consiste na coleta e sistematização de dados e informações sobre determinada situação ou contexto possibilitando a identificação, caracterização e compreensão do problema, e respectivas causas, que motivou a intervenção. Idáñez & Ander-Egg (2008) destacam que a execução dessa etapa promove maior garantia de êxito no planejamento de atividades e no desenvolvimento de ações concretas, uma vez que possibilita a seleção de estratégias de atuação mais adequadas para o contexto diagnosticado. Ademais, o diagnóstico pode ser utilizado na etapa de monitoramento e avaliação como ponto de referência das metas que se pretende atingir, visto que apresenta a situação atual e como ela difere da situação que se almeja alcançar após a intervenção.

Normalmente, a elaboração de um diagnóstico demanda o uso de técnicas de documentação direta e indireta. A documentação direta consiste na coleta de dados na localidade onde ocorrerá a intervenção. Existem vários métodos e técnicas de coleta de dados. As técnicas tradicionais abrangem a aplicação de questionário, a observação e a realização de entrevista. Questionários ou formulários são instrumentos que possibilitam a coleta de dados por meio de perguntas a serem respondidas sem a presença do entrevistador. Isso pode ocorrer via telefone ou por meio de formulários eletrônicos. A observação envolve entrar em contato diretamente com o fenômeno estudado, explorando o contexto onde ocorrerá a intervenção para obter informações mediante os sentidos (visão, audição, etc.). Por sua vez, as entrevistas podem ser:

- Estruturadas:** possui roteiro de perguntas anteriormente definidas que não podem ser alteradas ou adaptadas.

- ii. **Semiestruturadas:** possui roteiro previamente estabelecido, mas permite o desenvolvimento de elementos que surgem de forma imprevista ou informações espontâneas dadas pelo entrevistado.
- iii. **Não estruturadas:** não possui roteiro definido; é permitido o desenvolvimento do tema em um contexto de conversação informal.

A documentação indireta consiste no levantamento de dados e informações preliminares sobre o assunto ou a localidade a ser estudada antes da ida a campo. Este levantamento de dados é realizado por meio de:

- i. **Pesquisa bibliográfica:** baseada em material já publicado, como livros e artigos científicos.
- ii. **Pesquisa documental:** baseada em material que ainda não recebeu tratamento analítico, como fontes estatísticas (IBGE, SNIS, etc.)

Conforme Santos (2012), a escolha de determinado método ou técnica dependerá do contexto no qual o diagnóstico será realizado, das características do grupo-alvo, do tempo e recursos (financeiros e humanos) disponíveis e das habilidades da equipe que vai ao campo. No entanto, a despeito da metodologia utilizada, Santos (2012) e Idáñez & Ander-Egg (2008) defendem que um bom diagnóstico cumpre sua função quando possui as características apresentadas na Figura 3:

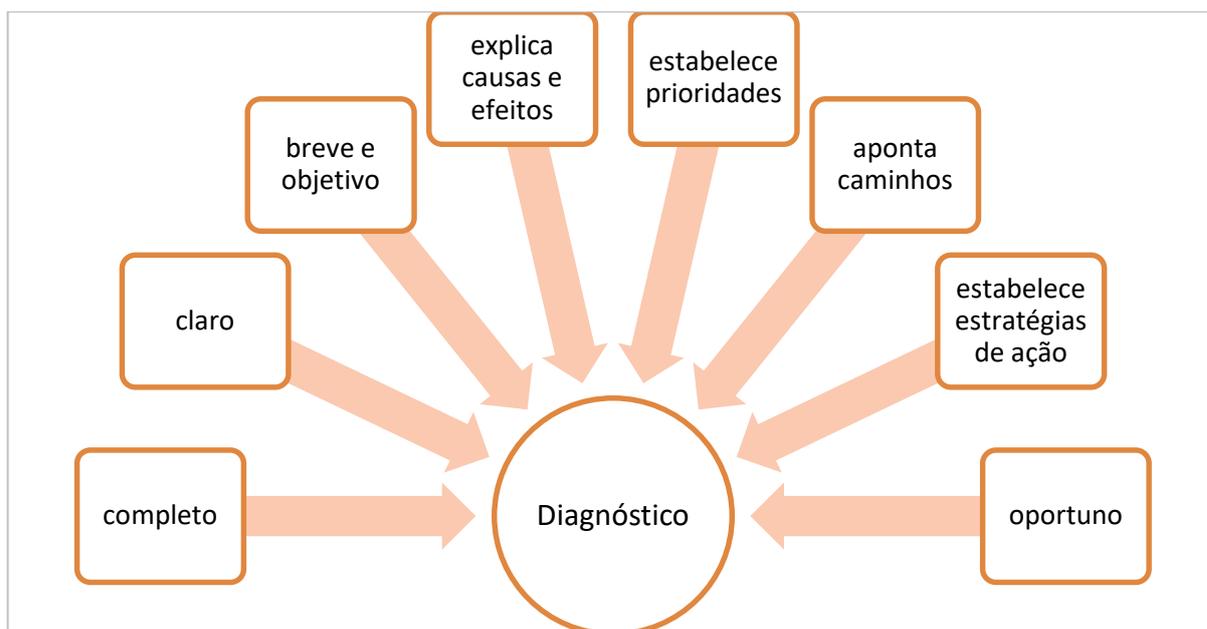


Figura 3 – Características de um bom diagnóstico
Fonte: Santos (2012) e Idáñez & Ander-Egg (2008)



Idáñez & Ander-Egg (2008) propõe a realização das seguintes etapas para a elaboração de um diagnóstico que atenda aos critérios descritos acima:

1. Identificar necessidades, problemas, centros de interesse e oportunidades de melhoria relacionadas à situação ou contexto analisado

Aqui, vale a pena destacar a diferença entre necessidade insatisfeita ou malsatisfeita e problema. Por exemplo, se numa comunidade rural há 50 domicílios e apenas 35 possuem banheiro completo com destinação adequada das águas residuais, podemos dizer que não existe uma satisfação adequada da necessidade básica de esgotamento sanitário. Por outro lado, se numa comunidade rural, onde todos os domicílios possuem banheiro completo com destinação adequada das águas residuais, existem moradores que ainda praticam a defecação a céu aberto, então o que existe é um problema de educação sanitária e ambiental. Além de identificar os problemas e necessidades, deve-se definir sua natureza, magnitude, frequência, distribuição espacial e gravidade.

A identificação de centros de interesse é importante pois, em determinadas ocasiões, a estratégia de intervenção mais adequada pode ter origem em um desses interesses, ao invés de partir de um problema ou necessidade. Por exemplo, em uma comunidade rural onde os moradores se recusam a usar cloro para desinfetar a água de consumo, pode-se usar a festa da comunidade como centro de interesse para abordar o assunto visto que, para conseguir a autorização da Anvisa, a comunidade necessita desinfetar a água que será consumida durante o evento. Em relação às oportunidades de melhoria, deve-se avaliar como os serviços já existentes são prestados e as possibilidades de melhorar o atendimento à população.

2. Identificar os fatores causais ou determinantes, os fatores condicionantes e os fatores de risco relacionados aos problemas e necessidades identificados

Ainda tomando por exemplo a comunidade rural apresentada no ponto 1, um fator determinante para a existência de domicílios sem banheiro completo com destinação adequada das águas residuais poderia ser a ausência de recursos financeiros. Um dos fatores condicionantes, poderia ser a importância que o saneamento rural possui na agenda do governo municipal, e um fator de risco poderia ser a contaminação do solo e da água subterrânea.

3. Realizar o prognóstico da situação ou contexto analisado, no curto, médio e longo prazo



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

Nessa etapa, deve-se fazer uma projeção do passado e presente no futuro, visando obter a descrição da tendência futura, caso todos os fatores relacionados aos problemas e necessidades permaneçam estáveis. Ademais, deve-se fazer uma previsão, em que se corrige a projeção, ao introduzir na análise fatores de mudança, mediante uma intervenção deliberada, para modificar as tendências.

4. Identificar os recursos e meios de ação existentes e potenciais

Aqui, devem ser listados o tipo e quantidade de recursos (humanos, financeiros, etc.) necessários para a resolução do problema que motivou a intervenção, além de detalhar como esses recursos serão empregados. As duas principais fontes de recursos são aqueles já existentes na própria comunidade e os recursos externos e potencialmente disponíveis.

5. Determinar prioridades no que se refere às necessidades e problemas identificados

Essa etapa se faz importante pois os recursos são limitados e deve-se decidir quais problemas cujas soluções serão priorizadas. Isso deve ser decidido em conjunto com a comunidade e com técnicos e gestores municipais, e deve-se levar em consideração critérios de caráter cultural, técnico, político e financeiro. Algumas perguntas que podem servir como guia para o estabelecimento de prioridades apresentadas por Idáñez & Ander-Egg (2008) são:

- i. Qual é o problema mais grave?
- ii. O que trará as maiores vantagens no futuro?
- iii. Que necessidades e problemas podem ser resolvidos com os recursos disponíveis?
- iv. Quais são os problemas que mais preocupam as pessoas/ comunidade?

6. Estabelecer estratégias de ação, visando antever possíveis problemas que podem se apresentar em cada conjuntura

Nessa etapa, devem ser definidas as ações concretas para a consecução dos objetivos e metas estabelecidos.

7. Analisar possíveis eventualidades para o estabelecimento do grau de viabilidade e eficácia da intervenção

Nessa etapa, são identificados possíveis obstáculos e dificuldades na implementação da(s) estratégia(s) de ação, visando determinar o grau de viabilidade da possível intervenção.

3.1 O Diagnóstico Rural Participativo

No contexto da realização de diagnósticos em comunidades rurais, destaca-se o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), definido como “um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e, a partir daí, comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2010). Essa metodologia se baseia no levantamento de dados e informações e no conhecimento da realidade da localidade onde ocorrerá a intervenção, segundo a perspectiva de seus membros.

O DRP pode ser classificado como um tipo de pesquisa denominada “Ação-Participante”, amplamente utilizada no contexto do desenvolvimento internacional, que visa inserir grupos marginalizados na identificação e análise dos problemas inerentes ao meio onde vivem, com o objetivo de estimular sua ação. (DOYLE; KRASNY, 2003, P.92).

O DRP propõe o desenvolvimento de processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, com base nos seus próprios conceitos e critérios de explicação. O principal objetivo dessa ferramenta é incentivar os indivíduos a analisarem a própria conjuntura e idealizarem diferentes formas de melhorá-la. Nesse caso, os participantes não são apenas fontes de dados, mas sujeitos que realizam um processo de autorreflexão sobre seus próprios problemas e a viabilidade de resolvê-los.

As principais características do DRP são apresentadas na Figura 4:



Figura 4 – Principais características do Diagnóstico Rural Participativo
Fonte: Verdejo (2010)

Verdejo (2010) também destaca as principais vantagens do DRP, apresentadas na

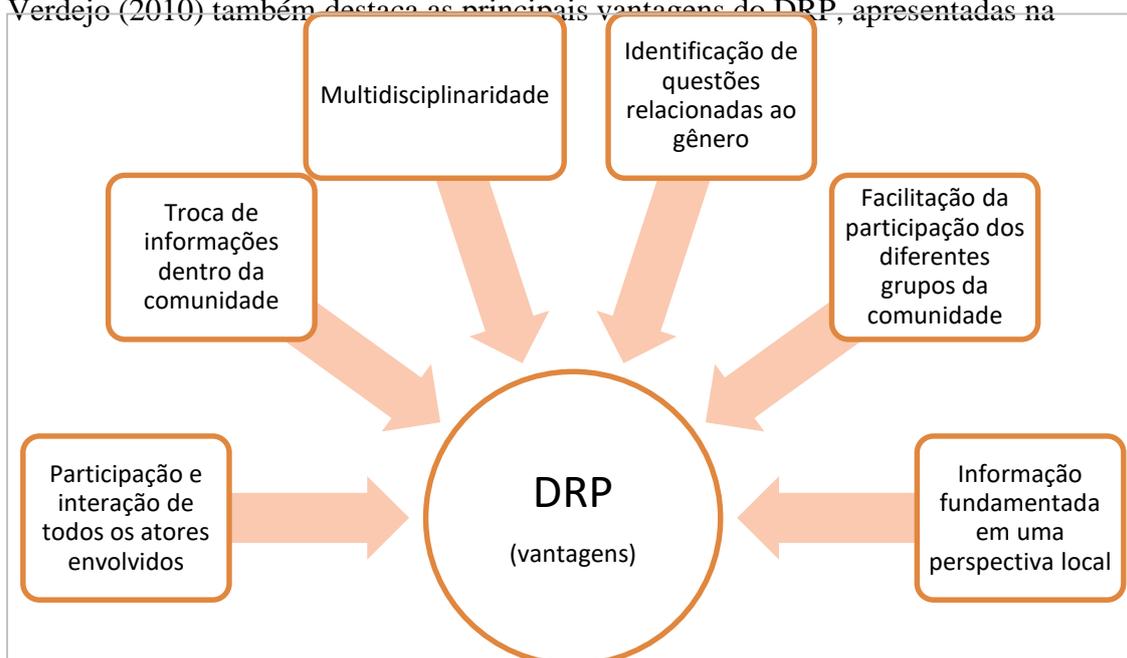


Figura 5:

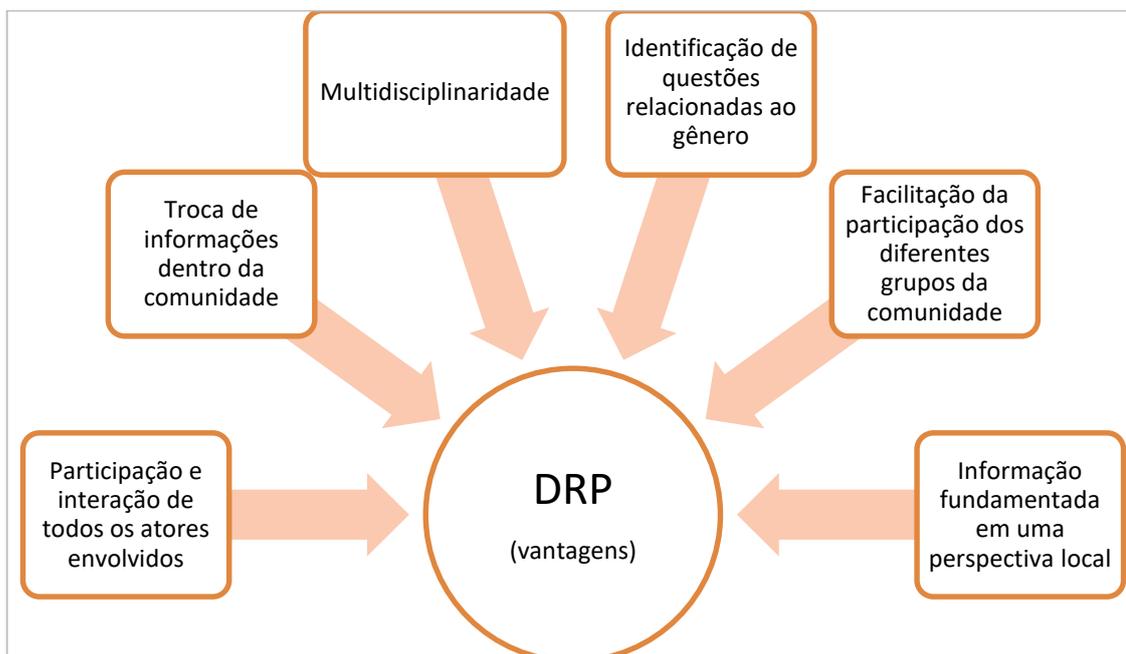


Figura 5 – Principais vantagens do Diagnóstico Rural Participativo

Fonte: Verdejo (2010)

A estratégia fundamental do DRP é promover o envolvimento da população que será atendida por determinada ação, programa ou projeto em todas as fases, favorecendo a mobilização dos interessados em relação à situação atual que se deseja mudar e às perspectivas em relação ao futuro. No contexto do DRP, a coleta de dados permite que as pessoas da comunidade pensem



sistematicamente em seus problemas, nas possíveis soluções e os compartilhe com a equipe de mediadores. Em um segundo momento, os mediadores se dedicam a compreender as condições e o contexto da localidade-alvo da intervenção. Por fim, os agentes buscam analisar os problemas e possíveis soluções para enfrentá-los em conjunto.

Uma vez que o Programa Sustentar se destina a atender áreas rurais e comunidades tradicionais do país por meio da implementação de medidas estruturantes que promovam a sustentabilidade das ações e serviços de saneamento e saúde ambiental, bem como do investimento realizado, a proposta de modelo de diagnóstico apresentada nesse caderno se baseia na participação da comunidade em todas as fases da intervenção, conforme preconiza o Diagnóstico Rural Participativo.

3.2 Proposta de modelo de diagnóstico situacional.

Propõe-se a realização de um diagnóstico em 04 etapas:

Etapa 01: realização de entrevistas para i) retratar a situação atual da gestão dos serviços de saneamento no município e ii) delinear como se dá o acesso a esses serviços na comunidade. É recomendável que os questionários apresentem, no mínimo, as seguintes categorias:

i. Análise da situação institucional

CATEGORIA DE ANÁLISE	ASPECTOS A ANALISAR
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	<ul style="list-style-type: none">• Entidade responsável pela prestação dos serviços de saneamento no município (área urbana e rural)• Nível de autonomia administrativa e financeira dessa entidade
PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	<ul style="list-style-type: none">• Atribuições estabelecidas• Nível de cumprimento das atribuições estabelecidas
RECURSOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none">• Perfil do pessoal das áreas técnica e gerencial• Inadequações encontradas em relação ao perfil/ funções desempenhadas• Nível de rotação do pessoal• Limitações para o cumprimento das atribuições estabelecidas
INSTRUMENTOS DE GESTÃO	<ul style="list-style-type: none">• Uso de instrumentos de gestão• Nível de atualização e gestão da informação (ex.: SNIS).• Uso do PMSB
ORÇAMENTO INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none">• Orçamento anual destinado para a entidade
EQUIPAMENTO E TECNOLOGIA	<ul style="list-style-type: none">• Presença e uso de equipamentos, veículos e ferramentas de informática



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

INFRAESTRUTURA

- Condições do ambiente de trabalho e serviços de comunicação

Fonte: Adaptado de COSUDE (2018a)

ii. Análise da situação local

CATEGORIA DE ANÁLISE	ASPECTOS A ANALISAR
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	<ul style="list-style-type: none">* População total do município<ul style="list-style-type: none">População urbanaPopulação rural* População total da comunidade<ul style="list-style-type: none">HomensMulheres
CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE	<ul style="list-style-type: none">* Rural/ tradicional* Tipo de produção - agricultura familiar, extrativismo, pesca, etc.* Distância do centro urbano* Organização da comunidade* Renda média familiar* Principal(is) fonte(s) de renda* Grau de instrução dos moradores da comunidade
INFRAESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none">* Acesso a bens e serviços públicos (saúde, educação, energia elétrica)* Condições da(s) estrada(s) de acesso à comunidade* Meios de transporte utilizados pelos moradores
SERVIÇOS DE SANEAMENTO	<ul style="list-style-type: none">* Infraestrutura, operação, manutenção e gestão dos sistemas/ soluções de abastecimento de água e esgotamento sanitário* Pagamento pelos serviços* Hábitos sanitários* Manejo, aproveitamento, descarte, acondicionamento, e coleta de resíduos sólidos* Manejo de águas pluviais

Fonte: Adaptado de COSUDE (2018a)

Etapa 02: realização de reunião com a comunidade, técnicos e gestores municipais para apresentação e validação dos resultados da etapa 01 e discussão com os participantes sobre o que seria sua compreensão da situação ideal ou satisfatória, no que se refere aos serviços de saneamento na comunidade. Nessa etapa, os problemas e necessidades devem ser priorizados, conforme sua importância e capacidade do programa de resolvê-los. Talvez, nesse momento, seja necessário reforçar que o Programa Sustentar está relacionado apenas à implementação de medidas estruturantes.

Etapa 03: realização de reunião com a comunidade, técnicos e gestores municipais para apresentação e validação dos resultados da etapa 02 e identificação dos atores que devem ser mobilizados, o que se espera desses atores e dos demais recursos e meios necessários para a



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

resolução dos problemas elencados. Ainda nessa etapa, recomenda-se a identificação de possíveis obstáculos e oportunidades para o alcance da situação desejada (ou da situação mais próxima possível da desejada, conforme as limitações identificadas). Nesse momento, pode-se considerar soluções progressivas até que se alcance o cenário adequado.

* As etapas 02 e 03 poderão ser realizadas na mesma reunião.

Etapa 04: realização de reunião com a comunidade, técnicos e gestores municipais para apresentação e validação dos resultados das etapas anteriores. Nessa etapa, recomenda-se que a equipe responsável pela realização do diagnóstico apresente uma estratégia de ação, com base em todos os dados e informações coletados e analisados, e em experiências exitosas que ocorreram em contextos semelhantes.

Após a realização da **Etapa 01**, a equipe poderá organizar os dados e informações coletados conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Quadro para auxiliar na organização de dados e informações coletados na Etapa 01

NECESSIDADES E PROBLEMAS IDENTIFICADOS	OPORTUNIDADES DE MELHORIAS IDENTIFICADAS
Moradores não tratam água antes de consumir.	Intensificar o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde.
Fossas construídas de forma inadequada.	Instruir a empresa responsável pela venda das fossas a orientar adequadamente os moradores sobre o projeto construtivo.
Carência de recursos humanos na área de saneamento.	-
Inadequação dos profissionais de saneamento em relação ao perfil / atividades desempenhadas.	-

Fonte: Adaptado de Idáñez & Ander-Egg (2008)

Para auxiliar os mediadores na condução das atividades sugeridas na Etapa 2, a equipe poderá utilizar o Quadro 3, o Quadro 4 e o Quadro 5.

Quadro 3 – Quadro para auxiliar na priorização de necessidades e problemas identificados

NECESSIDADES E PROBLEMAS IDENTIFICADOS	IMPORTÂNCIA DO PROBLEMA	CAPACIDADE DO PROGRAMA PARA RESOLVER	DECISÃO
Moradores não tratam água antes de consumir	Alta	Alta	Alta prioridade
Fossas construídas de forma inadequada	Alta	Média	Média Prioridade
Carência de recursos humanos para atuar na área de saneamento	Média	Baixa	Baixa prioridade
Inadequação dos profissionais de saneamento em relação ao perfil / atividades desempenhadas	Alta	Alta	Alta prioridade

Fonte: Adaptado de Idáñez & Ander-Egg (2008)

Quadro 4 – Quadro para auxiliar na identificação de recursos e sua disponibilidade

NECESSIDADES E PROBLEMAS IDENTIFICADOS E PRIORIZADOS	ATORES QUE NECESSITAM SER MOBILIZADOS PARA RESOLVÊ-LO	COMO ESSES ATORES DEVEM ATUAR ?	OUTROS RECURSOS E MEIOS	DISPONIBILIDADE DO RECURSO*
Moradores não tratam água antes de consumir	Agentes comunitários de Saúde	Reforçando a conscientização sobre a importância do tratamento da água para beber e distribuindo solução de hipoclorito de sódio	Solução de hipoclorito de sódio	Alta conveniência
Inadequação dos profissionais de saneamento em relação ao perfil / atividades desempenhadas	<ul style="list-style-type: none"> • Universidade da região • Gestores municipais 	<ul style="list-style-type: none"> • Promovendo cursos de capacitação e desenvolvimento de capacidades • Viabilizando o deslocamento dos profissionais 	Passagens e diárias	Conveniência mínima
Fossas construídas de forma inadequada	Empresa responsável pela venda das fossas	Orientando adequadamente os moradores sobre o projeto construtivo das fossas	-	Conveniência relativa

Fonte: Adaptado de Idáñez & Ander-Egg (2008)

***Quadro 5 –** Quadro para auxiliar na análise da conveniência de disponibilidade dos recursos

RECURSOS	DA PRÓRIA COMUNIDADE	EXTERNOS
DISPONÍVEIS	MÁXIMA CONVENIÊNCIA	CONVENIÊNCIA RELATIVA
POTENCIALMENTE DISPONÍVEIS	ALTA CONVENIÊNCIA	CONVENIÊNCIA MÍNIMA

Fonte: Idáñez & Ander-Egg (2008)

Para a realização da Etapa 03, uma ferramenta amplamente utilizada que poderá ser usada é a matriz SWOT ou FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). Trata-se de uma ferramenta que auxilia na identificação dos pontos fracos, ameaças, pontos fortes e oportunidades relacionados à situação que o diagnóstico apresenta. A matriz FOFA orienta a escolha da estratégia (ou das estratégias) de ação a seguir, uma vez que ajuda a compreender e organizar as circunstâncias relacionadas aos problemas e necessidades levantados, sob a perspectiva do contexto onde ocorrerá a intervenção.

Quadro 6 – Matriz FOFA

	FATORES POSITIVOS	FATORES NEGATIVOS
CIRCUNSTÂNCIAS INTERNAS (COMUNIDADE)	<p>FORÇAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores da comunidade estão organizados em associação atuante. 	<p>FRAQUEZAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença de conflitos religiosos dentro da comunidade.
CIRCUNSTÂNCIAS EXTERNAS (AMBIENTE)	<p>OPORTUNIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ATER do município atuante na comunidade. 	<p>AMEAÇAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidade está localizada no interior de uma área protegida, o que limita as formas de uso e ocupação do solo.

Fonte: Adaptado de Idáñez & Ander-Egg (2008)

Para as reuniões previstas nas **Etapas 02, 03 e 04**, poderão participar outros atores que estejam ligados à temática do saneamento básico no município, como representantes da Companhia Estadual, da Secretaria de Saúde (agentes de saúde que atendem a comunidade, por exemplo), da Secretaria de Educação (como professores e funcionários da escola da comunidade, caso exista); da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), etc.

É fundamental que os mediadores sejam capazes de criar um ambiente favorável à ativa participação de todos os moradores da comunidade nas reuniões previstas nas etapas 02, 03 e 04, uma vez que a presença de técnicos e gestores municipais poderá inibi-los de apresentarem suas opiniões. Deve-se incentivar a presença das mulheres da comunidade em todas as etapas, bem como encorajar sua participação nas discussões. Além disso, a equipe deve se atentar para o fato de que alguns indivíduos poderão polarizar as discussões e deve se esforçar para que haja um equilíbrio na participação, tanto no que se refere às questões de gênero, como na igual



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

valorização do conhecimento técnico e local. Recomenda-se que cada etapa resulte em um relatório para ser entregue à comunidade e à prefeitura.

Conforme preconiza o DRP, é aconselhável que todas as etapas sejam executadas em conjunto com a comunidade, segundo a perspectiva de seus membros. Dessa forma, os participantes atuariam não apenas como fontes de dados, mas também como sujeitos que realizam um processo de autorreflexão sobre seus próprios problemas e a viabilidade de resolvê-los.

Em relação às metodologias utilizadas para a coleta de dados e informações, a proposta de diagnóstico para o Programa Sustentar prevê o uso tanto de métodos tradicionais como participativos, devendo ser ajustado para cada uma das diferentes realidades onde o Programa será implementado. As didáticas e metodologias a serem utilizadas em cada etapa deverão ser definidas pela equipe de mediadores conforme suas habilidades, tamanho e características do público-alvo.

É importante que antes da realização de qualquer atividade na comunidade, a equipe faça um cronograma de atividades coerente com a rotina dos moradores. Devem ser levados em consideração aspectos como o calendário agrícola e períodos festivos na comunidade, dentre outros, que podem comprometer a participação nos eventos. Esse cronograma deve ser apresentado no início da intervenção e deve-se fazer um esforço para segui-lo, para não desmotivar a comunidade ou desacreditar o Programa. Além disso, é importante que a equipe deixe claro que o diagnóstico é apenas uma das etapas da intervenção, e que não garante a implementação da ação. Isso é importante para não criar expectativas na comunidade.

CAPÍTULO 4 – DEFINIÇÃO DE PAPÉIS, COMPETÊNCIAS E COMPROMISSOS



Objetivos do capítulo

- Apresentar uma proposta para auxiliar os atores na definição de suas respectivas responsabilidades visando assegurar implementação das ações estratégicas definidas a partir da análise do diagnóstico situacional.

Para a **definição de papéis, competências e compromissos**, considerou-se o modelo de gestão multiescalar proposto pelo Programa Nacional de Saneamento Rural. Nesse modelo, cada uma das esferas apresentadas na Figura 6 possui responsabilidades sobre ações e políticas desenvolvidas no âmbito do saneamento.

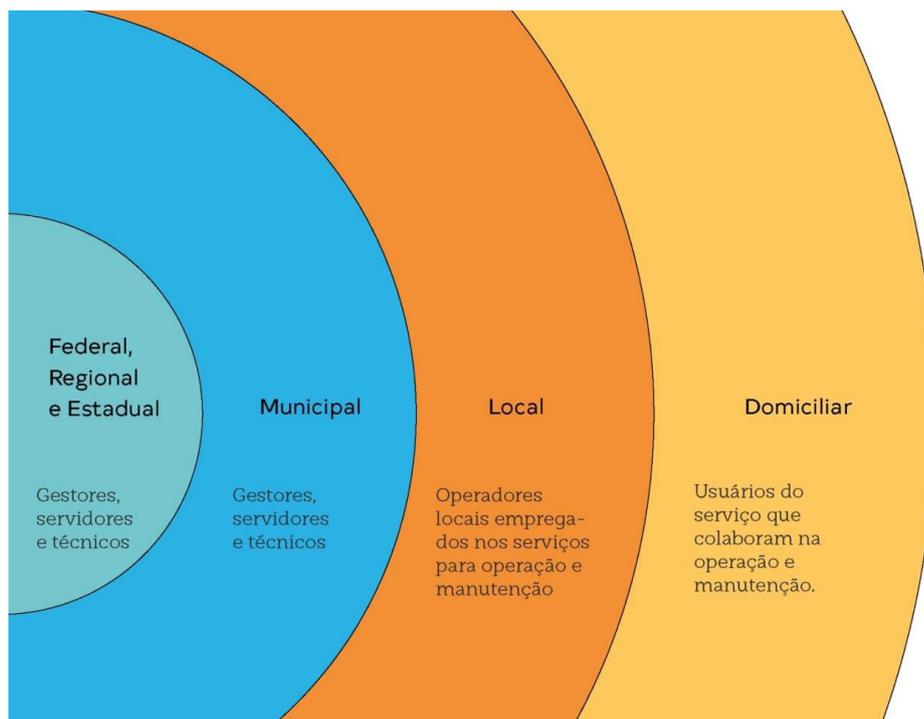


Figura 6 - Gestão multiescalar do saneamento rural proposta pelo PNSR.

Fonte: Brasil, 2018c⁵

No âmbito domiciliar, cabe aos usuários o uso adequado da infraestrutura instalada, a participação no planejamento dos serviços e no controle da qualidade de sua prestação, além do pagamento de tarifas.

⁵ Disponível em: <http://pnsr.desa.ufmg.br>



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

Na esfera local, toca à comunidade organizada por meio de associações, comitês, cooperativas, etc. e às lideranças locais o papel de facilitar a comunicação com técnicos e gestores públicos e demais organizações capazes de fornecer suporte técnico e financeiro para as ações de saneamento. Além disso, identifica-se a demanda por um operador local qualificado para a atuação tanto em contextos onde predominam as soluções individuais como coletivas. Dentre as atividades a serem desempenhadas por esses profissionais, destacam-se: instruir e apoiar os usuários e operadores domiciliares nas tarefas relativas às soluções implantadas; monitorar a eficiência e o desempenho das unidades instaladas; executar ações preventivas e manutenções simples; e desenvolver as atividades de operação e manutenção inerentes aos sistemas coletivos.

No âmbito municipal, o município é responsável pela gestão dos serviços de saneamento e pela garantia da participação da sociedade e de mecanismos de controle social. Ademais, o município deve prestar apoio aos operadores locais supervisionando-os e auxiliando-os mediante a realização de visitas periódicas e de controle de registros, na resolução de problemas mais complexos e na oferta de programas de educação permanente. O PNSR também destaca o papel do gestor administrativo que deverá exercer funções relacionadas à execução de auditorias internas para o controle da qualidade dos serviços prestados no que se refere à sua gestão econômica e financeira e à garantia de recursos fundamentais para a prestação dos serviços.

Quando o município opta pelo modelo de gestão associada e/ou prestação associada ocorre a participação de instituições em nível regional, estadual e federal na prestação dos serviços. A *gestão associada* é uma forma de cooperação, concretizada por meio de consórcio público ou convênio de cooperação entre entes federados, para o desenvolvimento das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização, acompanhada ou não da prestação de serviços. A Funasa, por exemplo, apoia a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico de municípios com população inferior a 50 mil habitantes, por meio de convênios ou de Termos de Execução Descentralizada. A atividade de regulação pode ser desenvolvida por agências reguladoras estaduais ou intermunicipais.

Por sua vez, a *prestação regionalizada* é caracterizada pela prestação de serviço de saneamento básico em que único prestador atende a dois ou mais titulares.⁶ As Companhias Estaduais de

⁶ Lei nº 11.445/2007, art. 2º, inciso V.



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

Saneamento Básico (CESB) são os melhores exemplos de prestação regionalizada. Cerca 73% dos municípios brasileiros são atendidos por um dos 28 prestadores regionais em operação (SNIS, 2019; dados de 2017)⁷. A regionalização dos serviços apresenta uma série de vantagens, dentre elas o ganho de economia de escala e a possibilidade de subsídio cruzado.

O Quadro 7 elenca as principais atividades relacionadas à garantia do acesso a um serviço de saneamento adequado, de qualidade e sustentável, assim como indica de quem é a competência para o seu desenvolvimento. Essas atividades estão relacionadas sobretudo ao fortalecimento da temática do saneamento rural no município e comunidades e ao apoio à estruturação dos serviços de saneamento no município. Cabe ressaltar que a definição de competência proposta pelo Quadro 7 foi orientada pelas premissas do arranjo multiescalar proposto pelo PNSR.

⁷ <http://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/>

Quadro 7 – Quadro para auxiliar na definição de papéis e competências no âmbito do Programa Sustentar

Atividade	Competência	Objetivo
Elaborar Plano Municipal de Saneamento Básico e instituir Política Municipal de Saneamento Básico.	Município	Planejar as ações de saneamento básico do município (áreas urbanas e rurais) no curto, médio e longo prazo.
Apoiar a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico.	Funasa	Orientar o município no processo de elaboração de PMSB.
Fomentar a regulamentação da política municipal de saneamento básico, garantindo a inclusão do saneamento em áreas rurais.	Funasa	Fortalecer o marco legal do saneamento no município.
Incentivar o controle social e a participação da população rural, bem como de instituições e organizações sociais, que atuem na área rural, nos processos de planejamento em saneamento básico.	Funasa	Incluir no PMSB as demandas dessas áreas visando a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico no município.
Garantir a participação da sociedade e mecanismos de controle social no planejamento e execução de ações de saneamento rural.	Município	Incluir no PMSB as demandas dessas áreas visando a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico no município.
Participar da elaboração do PMSB.	Comunidade Moradores	Exercer controle social e participar do processo de elaboração indicando as demandas da comunidade.
Organizar entidade na estrutura orgânica do município para gerenciar os serviços de saneamento rural e prestar apoio técnico e gerencial às localidades rurais.	Município	Institucionalizar/ reforçar a temática do saneamento rural no município; incluir o saneamento rural na agenda política do município.
Apoiar a organização de entidade na estrutura orgânica do município para gerenciar os serviços de saneamento rural ou para prestar apoio técnico e gerencial às localidades rurais OU desenvolver capacidades técnicas e gerenciais de entidade que já exista para esse fim.	Funasa	Fortalecer o município para que ele assuma seu papel enquanto titular do serviço de saneamento.
Exercer o controle da qualidade dos serviços prestados nas localidades rurais.	Município	Garantir o acesso aos serviços de saneamento básico adequados e de qualidade.
Monitorar e avaliar as ações desenvolvidas e seus respectivos impactos.	Município Funasa	Produzir informações regulares sobre o desempenho das ações para subsidiar tomadores de decisões, possibilitar mudanças e ajustes quando necessário e justificar os investimentos realizados.



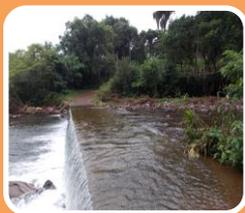
Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

Organizar-se mediante associação, cooperativa, comitê, etc.	Comunidade	Fortalecer a capacidade de diálogo e de mobilização da comunidade junto ao poder público e demais atores.
Auxiliar a comunidade a se organizar OU fortalecer organização comunitária existente.	Funasa Município	Fortalecer a comunidade e potencializar as ações implementadas.
Designar operador local que se encarregue de atividades de operação e manutenção menos complexas.	Comunidade	Agilizar a execução de atividades mais simples de operação e manutenção, reduzindo o custo e o tempo da irregularidade.
Capacitar/qualificar operador local para o desenvolvimento das atividades de operação e manutenção da(s) solução(ões) de saneamento presente(s) na comunidade.	Município Funasa	Instruir e dar apoio aos usuários e operadores domiciliares; executar ações preventivas e manutenções simples; desempenhar funções inerentes ao funcionamento de sistemas coletivos.
Apoiar operadores locais: supervisionar e auxiliar os operadores; resolver problemas mais complexos.	Município	Garantir a continuidade do acesso aos serviços saneamento básico de qualidade.
Fomentar processos de formação e escolarização dos trabalhadores que atuam em saneamento das áreas rurais.	Município Funasa	Promover a valorização desses trabalhadores.
Utilizar adequadamente as soluções/ sistemas de saneamento da comunidade.	Morador	Garantir a melhoria da qualidade de vida.
Comunicar quando a solução/sistema apresentar alguma irregularidade.	Morador	Garantir a continuidade do acesso aos serviços de saneamento básico de qualidade.
Participar do planejamento e do controle da qualidade dos serviços.	Morador	Exercer o papel de cidadão na participação e controle social.
Pagar pelos serviços de saneamento implementados.	Morador	Possibilitar a sustentabilidade dos serviços.
Articular com outros atores/ estabelecer parcerias.	Funasa Município Comunidade	Mobilizar recursos (financeiros, humanos, etc.) para a implementação das ações e sua continuidade.

O Programa Sustentar prioriza o trabalho em rede, capacitando e fomentando a atuação do município que tem a competência de atuar junto às comunidades em seu território, incentivando o trabalho em parceria com instituições governamentais e não-governamentais, agências de cooperação internacional, instituições de ensino e pesquisa, e em articulação com os setores organizados da sociedade civil e seus movimentos sociais, visando a sustentabilidade dos serviços de saneamento. Nesse contexto, a Funasa se destacará como um articulador, identificando potenciais parceiros e integrando-os no desenvolvimento das atividades.

No município, a Funasa incentivará a existência de uma equipe na estrutura orgânica da prefeitura que será responsável por apoiar as comunidades nas atividades de gestão, educação em saúde ambiental, operação e manutenção dos serviços de saneamento. Nas comunidades, a Funasa estimulará a formação de associações ou organizações sociais legitimadas onde não houver, e o fortalecimento das que existirem, quando se fizer necessário, uma vez que a participação popular e o controle social são essenciais para o sucesso das ações a serem implementadas no contexto do Programa Sustentar. Esse tipo de organização social viabiliza melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para o alcance dos seus objetivos, o usufruto de seus direitos e o cumprimento de seus deveres, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados.

CAPÍTULO 5 – DEFINIÇÃO DE ATIVIDADES PARA O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO



Objetivos do capítulo

- Apresentar uma proposta para auxiliar os atores na definição de atividades para o monitoramento e a avaliação das ações a serem desenvolvidas no âmbito do Programa Sustentar a serem desempenhadas pela Funasa, municípios e localidades rurais.

A etapa de monitoramento e avaliação é um estágio intrínseco ao ciclo de gerenciamento de políticas públicas que visa produzir e sistematizar as informações relativas ao desempenho de programas, projetos e ações para auxiliar no acompanhamento do progresso e na consecução dos resultados esperados (eficácia), na identificação dos impactos (efetividade), e na demonstração da compatibilidade dos investimentos realizados com os resultados alcançados (eficiência) (JANNUZZI, 2013).

Monitoramento e avaliação são processos complementares no tempo que visam subsidiar técnicos e gestores com informações referentes ao programa, projeto ou ação analisado. Enquanto o monitoramento se dedica ao acompanhamento contínuo de programas, projetos e ações por meio de um conjunto reduzido de dados e informações significativas e periódicas que possibilitam uma rápida avaliação da sua situação, permitindo uma intervenção oportuna quando necessário (JANNUZZI, 2014), a avaliação é um processo pontual de caráter analítico que ocorre em momentos determinados e apresenta uma abordagem muito mais complexa e completa dos diferentes aspectos do programa, projeto ou ação e é capaz de apontar a necessidade de profundas mudanças no seu desenho e implementação, inclusive de questionar a necessidade de sua existência.

A seguir, serão discutidos conceitos importantes relativos ao monitoramento e à avaliação de políticas públicas que auxiliaram na elaboração deste capítulo.

5.1 **Monitoramento**

O monitoramento é caracterizado como um processo contínuo ao longo da implementação de uma política, plano ou programa, cujo objetivo é controlar a entrada de insumos, o cronograma de trabalho e averiguar se os produtos desenvolvidos estão em conformidade com as metas. (BRASIL, 2018d). Além disso, o monitoramento possibilita a constatação de disfunções e

irregularidades que podem afetar as ações, processos e objetivos da política, plano ou programa para então propor possíveis ajustes necessários. Nesse contexto, os indicadores se destacam como uma importante ferramenta que viabilizam o acompanhamento rotineiro e permitem acompanhar a evolução e o alcance das metas estabelecidas.

Conforme BRASIL (2013), bons indicadores devem possuir as características apresentadas na Figura 7:

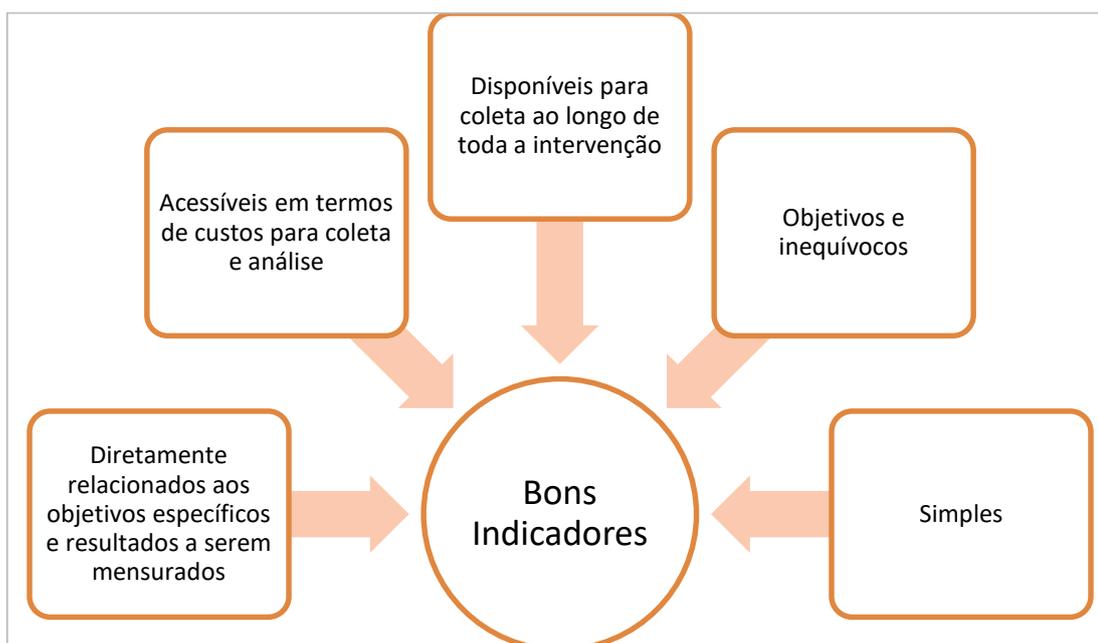


Figura 7 – Características de bons indicadores
Fonte: Brasil, 2013

Considerando que cada projeto ou ação do Programa Sustentar envolverá um conjunto de insumos, atividades, produtos e resultados, a definição de indicadores deverá ser feita no contexto de cada um desses projetos ou ações, em conjunto com todos os atores envolvidos na sua implementação.

A proposta de metodologia para o monitoramento do Programa Sustentar, bem como das ações e projetos desenvolvidos no âmbito do Programa, compreende o acompanhamento do progresso das atividades desenvolvidas pela Funasa, município e localidade rural, quando cabível. Nesse contexto, para cada projeto ou ação, deverão ser definidas atividades, indicadores e metas para acompanhar sua evolução. Considerando que o Programa Sustentar possui um vasto rol de ações, optou-se pela escolha de um dos produtos previstos no Programa para apresentar a metodologia: criação e fortalecimento de entidade na estrutura orgânica do município para



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

gerenciar os serviços de saneamento rural e prestar apoio técnico e gerencial às localidades rurais.

A partir das orientações e ferramentas apresentadas para o monitoramento das atividades inerentes ao produto escolhido, espera-se subsidiar o Comitê Gestor no monitoramento das demais ações do Programa.

A seguir, apresenta-se uma sugestão de Estrutura Lógica para o Programa Sustentar, considerando apenas o produto que será analisado.

Objetivo de desenvolvimento: Ampliar o acesso da população das áreas rurais e das comunidades tradicionais do país às ações e serviços de saneamento básico adequados e sustentáveis.

Objetivo específico: Estabelecer mecanismos que promovam a sustentabilidade das ações e serviços de saneamento básico implementados pela Funasa.

Resultado 1: Capacidades técnicas e gerenciais no âmbito do saneamento rural dos níveis federal, estadual, municipal e local desenvolvidas e aprimoradas, em conformidade com o Programa Nacional de Saneamento Rural.

Produto 1: Entidade implementada na estrutura orgânica do município para gerenciar os serviços de saneamento rural e prestar apoio técnico e gerencial às localidades rurais.

Atividade 1.1: Publicar Decreto instituindo estrutura responsável pelo saneamento rural na prefeitura.

Atividade 1.2: Publicar Portaria designando equipe técnica ou profissional responsável pelo saneamento rural.

Atividade 1.3: Capacitar equipe técnica/ profissional na temática do saneamento rural.

Atividade 1.4: Elaborar Plano de Trabalho anual.

Atividade 1.5: Apresentar e aprovar Plano de Trabalho.

Brasil (2013) afirma que as atividades devem ser passíveis de verificação ou comprovação por meio de indicadores. Além disso, devem ser estabelecidas metas e um cronograma para acompanhar a evolução de cada uma das atividades, visando o alcance dessas metas.



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

A seguir, são apresentadas algumas ferramentas para auxiliar no acompanhamento do desenvolvimento das atividades relacionadas ao produto que serve de modelo neste capítulo. O Quadro 8 apresenta um cronograma que poderá ser utilizado pelos atores municipais para acompanhar o desenvolvimento das atividades no município. Por sua vez, o Quadro 9 apresenta indicadores para monitorar o desempenho gerencial da nova estrutura criada na prefeitura para tratar do saneamento rural no município. Esse quadro poderá ser usado pelo Comitê Gestor do Programa para acompanhar o desempenho da estrutura criada.

Quadro 8 – Proposta de cronograma de acompanhamento de possíveis atividades do Programa Sustentar

Cronograma de acompanhamento das atividades de criação e fortalecimento de estrutura na prefeitura responsável pelo saneamento rural no município (ano 20XX)																											
Atividade		jan		fev		mar		abr		mai		jun		jul		ago		set		out		nov		dez		Resp.	Obs.
		S1	S2																								
Publicar Decreto instituindo estrutura responsável pelo saneamento rural na prefeitura.	Programado																										
	Executado																										
Publicar Portaria designando equipe técnica ou profissional responsável pelo saneamento rural.	Programado																										
	Executado																										
Capacitar equipe técnica/profissional na temática do saneamento rural.	Programado																										
	Executado																										
Elaborar Plano de Trabalho anual.	Programado																										
	Executado																										
Apresentar e aprovar Plano de Trabalho.	Programado																										
	Executado																										

Fonte: Adaptado de COSUDE (2018b)

Quadro 9 - Proposta de quadro para acompanhar o progresso dos indicadores de gestão

UF	Município	Indicadores de gestão (ano 20XX)																		Total	Classificação
		Criação da nova estrutura no organograma da prefeitura			Equipe/ profissional responsável pelo saneamento rural			Plano de trabalho anual			Dotação orçamentária			Áreas rurais e comunidades tradicionais atendidas/apoiadas							
		Estrutura criada e institucionalizada, munida de instrumentos de gestão adequados	Estrutura em processo de criação	Estrutura não criada	Equipe/ profissional capacitado e com formação adequada	Equipe/ profissional não capacitado	Equipe/ profissional não designado	Adequado e aprovado, com ações previstas no PPA	Não aprovado formalmente OU em processo de elaboração OU não previsto no PPA	Não elaborado	Suficiente para execução das ações previstas no plano de trabalho	Insuficiente e executa com limitação as ações previstas no plano de trabalho	Inexistente e não executa as ações previstas no plano de trabalho	>75%	50-75%	25-50%	Até 25%	0%			
		100	50	0	100	50	0	100	50	0	100	50	0	100	75	50	25	0			
MG	A	100			100			100			100				75				475	N1	
	B	100				50		100				50					25		325	N2	
	C	100				50			50								25		225	N3	
	D		50							0								0	50	N3	
	E		50								0							0	50	N3	

Fonte: Adaptado de COSUDE (2018b)

Classificação dos indicadores de gestão da estrutura criada		
N1	Igual ou maior a 85%	425 <= N < 500
N2	Entre 50% e 85%	250 <= N < 425
N3	Menor que 50%	N < 250

5.2 Avaliação

A avaliação consiste no processo de apreciação sistemática e objetiva de determinado projeto, programa, política ou ação em curso ou concluída, no que se refere ao seu desenho, implementação e resultados. O objetivo da avaliação é determinar a relevância e a realização dos objetivos, a eficácia da ação, sua eficiência, impacto e sustentabilidade. A avaliação deve produzir informações fidedignas e úteis, auxiliando no processo de tomada de decisão dos agentes interessados. (SERA; BEAUDRY, 2007).

Neste caderno serão priorizadas as avaliações *ex-post* – aquelas realizadas após a implementação da política pública. Trata-se da **avaliação de implementação**, da **avaliação de resultado** e da **avaliação de impacto**.

A avaliação de implementação visa avaliar se a ação pública está sendo executada em conformidade com seu desenho e se o resultado produzido coincide com o esperado. O Programa Sustentar não propõe novas ações para a Funasa, mas uma nova maneira de implementá-las. Se hoje as ações desenvolvidas pela Funasa são caracterizadas pela desarticulação interinstitucional e intersetorial e pela falta de integralidade na atenção ao conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, espera-se que as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Sustentar serão integradas e articuladas e irão considerar o princípio da integralidade, conforme preconiza o desenho do Programa. Ações articuladas e integradas implicam em ações desenvolvidas por atores de diferentes áreas ou setores; no caso do Programa Sustentar, um dos principais objetivos é a integração entre as coordenações dos diferentes departamentos que compõem a Funasa. Por integralidade, entende-se o acesso da população aos serviços e soluções sustentáveis relacionados aos quatro componentes do saneamento básico, pela sua indissociabilidade e relação com a saúde, salubridade ambiental e qualidade de vida da população.

Para a avaliação de implementação do Programa Sustentar, recomenda-se o acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Programa para verificar se elas atendem aos critérios de integralidade e de articulação. O Quadro 10 apresenta proposta de metodologia para acompanhar a implementação das ações no âmbito do Programa Sustentar.



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

Quadro 10 – Proposta de metodologia para acompanhamento da implementação das ações do Programa Sustentar

Ações implementadas pela Funasa em áreas rurais e comunidades tradicionais no âmbito do Programa Sustentar	Total de ações	Ações que continuam cumprindo sua função no PPA seguinte ao de sua implementação.
Por uma coordenação		
Por duas ou mais coordenações da instituição ou em parceria com atores externos		
Apenas medida estrutural (1 ou mais componentes do saneamento)		
Medida estrutural (1 ou mais componentes do saneamento) + medida estruturante		

Na avaliação de implementação, recomenda-se também que o Comitê Gestor avalie o impacto da sua atuação no desempenho do Programa. Essa avaliação poderá ser feita por meio de uma análise qualitativa comparativa com a fase-piloto do Sustentar, em que não existia a figura de um comitê gestor.

Espera-se que ao final dessa avaliação, as seguintes premissas sejam confirmadas:

- i. A implementação isolada de infraestrutura de saneamento não é suficiente para resolver o déficit de acesso aos serviços de saneamento básico.
- ii. Medidas estruturantes fornecem suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços.
- iii. O fortalecimento das ações em medidas estruturantes assegurará crescente eficiência, efetividade e sustentação aos investimentos em medidas estruturais.
- iv. Ações de saneamento devem possuir uma abordagem multidisciplinar adotando uma visão integrada do desenvolvimento do território por meio da inclusão de diferentes setores (engenharia, saúde, educação, habitação, meio ambiente, direitos humanos, etc.)
- v. Uma equipe permanente comprometida com o Programa (Comitê Gestor) aumenta as chances de sua continuidade e de seu êxito.

A avaliação de resultado visa analisar se as metas alcançadas estão de acordo com o planejado. Dessa forma, essa avaliação se inicia com a identificação dos resultados esperados. No caso do Programa Sustentar, o principal resultado é a sustentabilidade das ações e serviços de saneamento e saúde ambiental desenvolvidos pela Funasa em áreas rurais e comunidades tradicionais. A compreensão do conceito de sustentabilidade deverá ser definida pelo comitê gestor conforme a ação executada. Por exemplo, o órgão implementado na estrutura orgânica do município para gerenciar os serviços de saneamento rural e para prestar apoio técnico e



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

gerencial às localidades rurais deve ser atuante por, pelo menos, 3 mandatos consecutivos àquele de implementação da ação para ser considerada sustentável.

Apresenta-se no Quadro 11 uma proposta de metodologia para a avaliação dos resultados de possíveis ações que poderão ser desenvolvidas no âmbito do Programa Sustentar. Trata-se de uma matriz lógica, ferramenta amplamente utilizada para o monitoramento e avaliação de projetos por meio da definição de metas associadas ao alcance dos objetivos e dos resultados. Além das metas, a matriz lógica apresenta indicadores, a linha de base e os meios de verificação do cumprimento das metas.

A proposta consiste em associar a cada um dos resultados esperados, indicadores, metas e meios de verificação de alcance do resultado. Além disso, é estabelecida uma linha de base para cada um dos indicadores, o que possibilita a comparação entre a situação que existia antes da implementação da ação e o resultado esperado após a implementação dessa ação.

Vale ressaltar que não se buscou esgotar as possibilidades de ações a serem desenvolvidas pelo Programa; o quadro possui um caráter orientativo.

Quadro 11 - Matriz lógica do Programa Sustentar contendo alguns dos possíveis resultados esperados

Resultado esperado	Indicador	Linha de Base	Meta	Meio de Verificação
Entidade implementada na estrutura orgânica do município para gerenciar os serviços de saneamento rural e prestar apoio técnico e gerencial às localidades rurais.	Decreto criando a nova estrutura no organograma da prefeitura.	-	Entidade implementada na estrutura orgânica do município para gerenciar os serviços de saneamento rural e prestar apoio técnico e gerencial às localidades rurais.	<ul style="list-style-type: none"> * Diário Oficial da União. * Arquivos da prefeitura.
Operadores locais capacitados para atuarem junto aos sistemas/soluções de saneamento instalados em áreas rurais.	Quantidade de operadores capacitados.	-	Presença de pelo menos 1 operador capacitado por comunidade atendida no âmbito do Programa Sustentar 5 anos após a implementação da ação de capacitação.	<ul style="list-style-type: none"> * Visita de campo na comunidade. * Entrevista com moradores da comunidade e com os operadores capacitados.
Cobrança pelos serviços de saneamento básico implementada.	Lei instituindo a política de cobrança pela prestação dos serviços de saneamento básico.	-	Política de cobrança pela prestação de serviços de saneamento básico implementada e vigente 2, 5 e 10 anos após a implementação da lei.	<ul style="list-style-type: none"> * Diário Oficial da União. * Arquivos da prefeitura.

A avaliação de impacto está relacionada à quantificação dos efeitos causais da política na população atendida direta e indiretamente pelo programa, projeto ou ação, ou ainda em toda a sociedade. Esses efeitos são percebidos no longo prazo e podem atingir outras dimensões sociais diversas daquela da qual a intervenção foi desenvolvida, sendo capazes de transformar a qualidade de vida da população atendida. Por exemplo, a instalação de um sistema de abastecimento de água em uma comunidade tem como resultado a redução no déficit de acesso ao serviço de abastecimento de água; um dos possíveis impactos relacionados a essa ação é a redução da incidência de doenças de veiculação hídrica na comunidade. Este caderno abordará apenas a avaliação de resultados porque já existe na Funasa um grupo responsável pela avaliação de impactos das ações desenvolvidas pela instituição.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Portaria no 3.069, de 21 de maio de 2018. Brasil: [s.n.], 2018a

BRASIL. PLANSAB - Plano Nacional de Saneamento Básico. Brasília: [s.n.], 2014.

BRASIL. Programa Nacional de Saneamento Rural – PNSR: consulta pública. Brasília, DF: [s.n.], 2018c.

BRASIL. Programa SUSTENTAR Saneamento e Sustentabilidade em Áreas Rurais. Brasília, DF, Brasil: Fundação Nacional de Saúde. 2018b

BRASIL. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2/ Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: Ipea, 2018d.v. 1 (192 p.): il., gráfs., mapa color.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul /Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2013.

COSUDE. Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación. Proyecto SABA Plus. Herramientas para el fortalecimiento institucional de Gerencias / Direcciones Regionales de Vivienda, Construcción y Saneamiento. Primeira Edição, março 2018. Lima, 2018a.

COSUDE. Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación. Proyecto SABA Plus. Experiencia de la Gestión Municipal en Agua y Saneamiento a partir de las Áreas Técnicas Municipales –ATM. Ano 1 – Nº 1 – novembro, 2017. Lima, 2018b.

DOYLE, R; KRANSKY, M. E. Participatory Rural Appraisal as an Approach to Environmental Education in Urban Community Gardens. Environmental Education-Research, 2003.

IDÁÑEZ, M. J. A.; ANDER-EGG, E. Diagnóstico Social: conceitos e metodologias. Publicado pela Rede Europeia Anti-pobreza. Editor original: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (Buenos Aires (Argentina), Albacete (Espanha)). Tradução para o português: Isabel Marques. 2008.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza.



Caderno Orientativo do Programa Sustentar – Implementação, Avaliação e Monitoramento

In: Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/issue/viewFile/287/8>>. Acesso em 19 julho 2019.

JANNUZZI, P. M. Sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, v. 1, p. 4-27, 2013a. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/RBMAs/RBMA_5.pdf>. Acesso em 19 julho 2019.

SANTOS, M. O. G. DOS. Texto de apoio sobre o diagnóstico em processos de intervenção social e desenvolvimento local. Évora, 2012. Disponível em: <home.uevora.pt/~mosantos/download/Diagnostico_10Ag12.pdf>. Acesso em: 18 janeiro 2019.

SERA, Y. ; BEAUDRY, S. Monitoring & Evaluation. Tips for reviewing and assessing progress towards objectives, identifying problems and strategies, and making adjustments to plans. 2007. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTBELARUS/Resources/M&E.pdf>>. Acesso em 18 julho 2019.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE SANEAMENTO – SNIS. Série Histórica. Brasília: Disponível em < <http://www.snis.gov.br> >. Acesso em abril 2019.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP/ por Miguel Expósito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos – Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

Brasília, DF, de 2019.

VALDILENE SILVA SIQUEIRA